



# **Arranjos produtivos locais e suas influências no desenvolvimento da economia regional**

**Emilhani Mengatto Soerger<sup>1</sup>  
Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira<sup>2</sup>  
Monica Franchi Carniello<sup>3</sup>**

## **Resumo**

As discussões sobre arranjos produtivos locais vem adquirindo uma crescente relevância na literatura da economia industrial. Este interesse tem origem devido as mudanças ocorridas diante do ambiente competitivo das empresas, sendo assim tais discussões implicam na abordagem das teorias que buscam explicar as relações entre economia e espaço. Os apontamentos teóricos indicam a evolução do conceito de desenvolvimento, com a valorização das aglomerações industriais e ativos territoriais. Neste sentido, este artigo busca verificar as influências dos arranjos produtivos locais com o contexto do desenvolvimento da economia regional. A pesquisa utilizou o método bibliográfico, a partir de fontes secundárias da literatura, com uma análise qualitativa, descritiva das relações existentes neste contexto de discussão. Os resultados mostraram que, na efetivação da política estudada neste trabalho, os arranjos produtivos locais

---

*Recebimento: 20/10/2013 • Aceite: 20/04/2014*

<sup>1</sup> Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional (UNITAU) – Universidade de Taubaté - emilhani\_soerger@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor Organização Industrial pelo ITA, Professor-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Brasil. E-mail: edsonaaqo@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC SP), professora-pesquisadora do de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté, Brasil. E-mail: monicafcarniello@gmail.com

influenciam positivamente o alcance dos seus objetivos e se constituem em uma forte ferramenta de apoio, tendo uma importância de destaque entre os fatores que impulsionam o desenvolvimento da economia regional.

**Palavras-chave:** Gestão; Desenvolvimento Regional; Aglomerações Territoriais; Arranjos Produtivos Locais.

## **Productive local arrangements and their influences on the development of regional economy**

### **Abstract**

Discussions on local production has been gaining an increasing relevance in the literature of industrial economics. This interest arises because of the changes before the competitive corporate environment, so such discussions imply the approach of theories that attempt to explain the relationship between economy and space. The notes indicate the theoretical evolution of the concept of development, with the valuation of industrial agglomerations and territorial assets. In this sense, this article seeks to examine the influences of local productive arrangements with the context of regional economic development. The research used the method literature from secondary sources of literature with a qualitative, descriptive of existing relations in this context of discussion. The results showed that, in the execution of policy studied in this work, the local clusters positively influence the achievement of their goals and constitute a strong support tool, having a prominent importance among the factors driving the development of regional economy.

**Keywords:** Management.; Regional Development; Territorial Agglomerations; Local Clusters.

## Introdução

A partir de meados do século XX, são intensificadas as ações para o processo de industrialização, com a expansão do sistema capitalista. Neste contexto, o processo de desenvolvimento das regiões, buscam uma explicação através das várias teorias que discutem as relações entre a economia e o espaço, como a teoria neoclássica da localização e a teoria do desenvolvimento regional.

Porém de acordo com Albuquerque (1998), nas últimas décadas do século XX, são apontados na literatura diversos fatores como a globalização, os avanços tecnológicos e a reestruturação do sistema produtivo, como responsáveis pelo redirecionamento das discussões sobre o processo de desenvolvimento.

A partir de então, houve uma reestruturação espacial da sociedade, sustentando uma visão de desenvolvimento conduzida pelas questões territoriais, surgindo a partir da década de 80 a teoria do desenvolvimento econômico endógeno, na qual a sociedade tem a capacidade de liderar e conduzir seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o a mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno.

Considerando estas discussões, surge o fenômeno de interação e cooperação nas aglomerações produtivas, o que origina uma proliferação de experiências internacionais e conceitos sobre este processo de desenvolvimento. No Brasil, a interpretação desses conceitos deu origem ao conceito de Arranjo Produtivo Local, que passou a ser bastante utilizado no país por instituições públicas e privadas, também se generalizando entre grupos de pesquisa.

Diante do exposto, observa-se a valorização e a forte vinculação dos arranjos produtivos locais como proposta para o desenvolvimento regional, implicando em uma temática complexa. Para contribuir com este debate, apresenta-se como objetivo para este artigo, verificar as influências dos arranjos produtivos locais com o contexto do desenvolvimento da economia regional. Sendo que a problemática desse consiste na interrogação: quais são as contribuições dos arranjos produtivos locais para o desenvolvimento da economia regional?

Para a composição do tecido conceitual que norteará as discussões desta pesquisa, o artigo está organizado além dessa introdução, nas seguintes seções: na segunda seção foi apresentada a metodologia para elaboração desta pesquisa, a terceira seção aborda alguns conceitos sobre economia e espaço e uma síntese sobre as principais correntes teóricas que tratam do desenvolvimento da

economia regional. A partir desta contextualização inicial, a próxima seção apresenta o conceito de desenvolvimento, incluindo a visão de desenvolvimento sustentável.

Em continuidade, a quarta seção complementa a fundamentação teórica, abordando um entendimento a respeito das aglomerações territoriais, explicitando alguns conceitos sobre arranjos produtivos locais, suas características, principais componentes, bem como uma correlação entre a existência dos arranjos produtivos locais e o desenvolvimento da economia regional. A última seção apresenta as considerações finais.

## Revisão de literatura

A busca de novos conceitos e modelos de desenvolvimento tem conduzido ao aparecimento de inúmeros estudos. O debate teórico sobre as questões que envolvem os paradigmas de crescimento e desenvolvimento das regiões vem se ampliando, significativamente, nas últimas décadas, os quais são marcados pelo aspecto endógeno das fontes de desenvolvimento.

Estas investigações resultaram na identificação das vantagens competitivas presentes na indústria local, principalmente nas estruturas industriais que apresentam uma aglomeração espacial entre as empresas. No entanto, foi em Marshall (final do século XIX) que a ciência econômica reconheceu as vantagens de se ter uma “indústria localizada”, termo utilizado pelo autor para caracterizar este comportamento.

Decorrido quase um século, o conceito cunhado por Marshall tem suscitado o surgimento de diferentes conceituações sobre a aglomeração espacial de empresas como os distritos industriais, tecnopolos, *milieus innovateurs*, sistemas produtivos locais, sistemas locais de produção, *clusters* e arranjos produtivos locais. Cada sistema ou arranjo produtivo acima citado apresenta características próprias e bastante heterogêneas.

A partir desta contextualização observa-se a importância dos Arranjos Produtivos Locais para o desenvolvimento da economia regional. Tais aglomerados são constituídos por empresas num mesmo espaço geográfico, que se organizam em rede, e desenvolvem sistemas complexos de integração e esquemas de cooperação, solidariedade e valorização do esforço coletivo.

É importante destacar que a participação de empresas em aglomerados produtivos, caracterizados por vínculos entre atores localizados em um mesmo ambiente, tem auxiliado empresas dos mais

variados tamanhos e, particularmente, micro, pequenas e médias empresas a superar barreiras ao seu crescimento. As vantagens associadas a estes tipos de arranjo referem-se à possibilidade de se explorar de maneira eficaz as eficiências coletivas e desenvolver economias externas às firmas, contribuindo para dinamização desses espaços econômicos, bem como para que as empresas e demais instituições participantes melhorem seu desempenho e reforcem o desenvolvimento local e regional.

## **Desenvolvimento Regional e o Espaço Econômico**

As relações que se estabelecem quando seres humanos atuam sobre o espaço físico na busca de sobrevivência e conforto dão origem aos espaços econômicos. Logo os estudos sobre o desenvolvimento regional estão inseridos no processo de desenvolvimento das atividades econômicas humanas com um determinado espaço. Portanto, a seguir são apresentados alguns conceitos que nortearão estes assuntos.

Segundo Corrêa (1991), os objetos fixos ou formas dispostas espacialmente, estão distribuídos ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica. O conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade. A organização espacial é a segunda natureza, ou seja, a natureza primitiva transformada pelo trabalho social.

Nesse sentido, o conceito de “espaço”, traz preocupações fundamentais a ele relacionadas que se referem à distância, à aglomeração de atividades, custos de transporte ou à polarização do crescimento.

Sendo assim, na perspectiva do desenvolvimento econômico local e regional, o interesse se centra em um conceito diferente, o de “território”, que compreende suas características ambientais específicas, a heterogeneidade e complexidade do mundo real, os atores sociais e sua mobilização em torno de diversas estratégias e projetos, assim como a existência de recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial e o respectivo acesso. Em síntese, face ao conceito de “espaço”, como contexto geográfico dado, interessa ressaltar o “território” como ator do desenvolvimento (ALBUQUERQUE, 1998).

Diante do exposto, cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço. Assim de acordo com os ensinamentos de Albagli (2004, p. 26):

O território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta; ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” que se projetam no espaço. É construído historicamente, remetendo a diferentes contextos e escalas: a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta.

Em torno das várias adjetivações conferidas ao termo “desenvolvimento”, no que se refere a sua dimensão territorial, é possível atribuir a concepção de “desenvolvimento regional” uma primeira tentativa de análise espacial dos processos e fatores que levam ao crescimento e desenvolvimento econômico, para tanto perfaz necessário a compreensão dos conceitos de região e local.

Para os geógrafos o termo região, tende tradicionalmente a reservar às entidades espaciais de escala média ou intermediária, e o regional é alguma parte entre o continental e o nacional, ou entre o nacional e o local. O termo usualmente designa uma área geográfica com certas características homogêneas ou comuns que a distinguem de outras regiões. Região é geralmente entendida como uma unidade de análise mais ampla do que uma determinada área ou localidade. (ALBAGLI, 2004)

Segundo Corrêa (1991), o conceito de região está ligado à noção fundamental de diferenciação de área, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si.

Logo, situado ante o global, local pode referir-se a uma dada localidade, região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um subespaço ou um subconjunto espacial. O local é geralmente mais restrito, e está vinculado a noção de lugar, apesar da variedade de significados observados (ALBAGLI, 2004)

Diante dos conceitos expostos, é possível afirmar que uma região apresenta um recorte territorial com maior abrangência que um local e que ambos caracterizam-se por um recorte ou subdivisão espacial, e a utilização destes termos depende da escala de análise adotada.

A partir de tais discussões envolvendo economia e espaço, é possível discutir as contribuições teóricas sobre as atividades econômicas desenvolvidas em um determinado espaço geográfico, bem como sua inter-relação com o desenvolvimento regional.

## Principais Teorias de Desenvolvimento Econômico Regional

As verificações das constantes desigualdades de renda e de crescimento econômico são indícios da existência das características específicas em cada região que levam as análises detalhadas sobre a distribuição espacial do desenvolvimento econômico.

No entanto, o que se observa, é que durante muito tempo houve simplificações e limitações acerca dos problemas regionais, reduzindo, por conseguinte, o ramo da ciência econômica que trata do desenvolvimento regional.

Contudo as questões espaciais e de localização começam a ganhar importância quando fatores como mão de obra e recursos naturais passam a ser identificados como itens que podem levar a existência de vantagens competitivas dentro de uma determinada região.

Um dos primeiros conceitos a delimitar o conhecimento sobre o desenvolvimento econômico regional é o conceito do espaço econômico, as discussões teóricas iniciaram no século XIX, cujo primeiro conjunto de abordagem de autores como Von Thunen, Alfred Weber, August Losch, Walter Christaller e Walter Isard, concentrava-se basicamente a entender como as atividades econômicas se distribuíam no meio geográfico, surgindo assim, o estudo seminal de Von Thunen denominado de Teoria Neoclássica da Localização (COSTA, 2010).

Ainda de acordo com Costa (2010), a Teoria Neoclássica da Localização, portanto, buscou por meio de relações matemáticas estudar a melhor forma de distribuição espacial da produção capaz de minimizar os custos de transportes e otimizar os lucros, durante muito tempo, apesar das inúmeras deficiências frisadas pelos críticos, como um parâmetro para o planejamento do desenvolvimento regional.

Outro corpo teórico, bastante ignorado entre os economistas regionais, desenvolveu-se na primeira metade do Século XX, entre 1915 e 1940, procurando entender através de analogias biológicas a conformação do espaço intraurbano. Esta escola ficou conhecida como Escola de Sociologia Urbana de Chicago, ou apenas Escola de Chicago, e teve como principais expoentes Robert Park, Roderick Duncan Makenzie e Ernest W. Burgess. (COSTA, 2010).

A partir de meados do século XX, o cenário mundial apresentava o crescimento do capitalismo, baseado no protagonismo da industrialização e dos indicadores econômicos, como o Produto Interno

Bruto (PIB), e assim, a consequente ampliação das desigualdades regionais.

Neste contexto, origina-se as chamadas Teorias do Desenvolvimento Regional, principalmente com as discussões de Perroux, Hirschman e Myrdal, as quais buscaram uma explicação para as razões da concentração industrial e das disparidades regionais.(FEITOSA, 2009)

Na década de 1980, aspectos não tangíveis, fundamentados na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, nas novas formas de competição e cooperação começam a ganhar importância na explicação do desenvolvimento regional ou local. Surge uma nova concepção de desenvolvimento, cujo sucesso e crescimento de regiões industriais seriam devidos à sua dinâmica interna, denominada de teoria do desenvolvimento regional endógeno.

O desenvolvimento regional endógeno, segundo Amaral, Filho (1999, p. 2), pode ser definido como:

[...] um processo de crescimento econômico implicando em uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região mais ou menos definido dentro de um modelo específico de desenvolvimento regional.

Com isso, a capacidade da sociedade liderar o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento regional denominado endógeno. Dessa forma, tem-se a ideia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco do planejamento regional, direcionando-o para a localidade.

A ascensão da teoria do desenvolvimento econômico endógeno, acabou por colocar as aglomerações de empresas no centro do debate contemporâneo, na qual se insere a discussão dos Arranjos Produtivos Locais (APLs). Nesta corrente teórica, destacam-se as seguintes

abordagens: a teoria neo-shumpeteriana; os distritos industriais italianos; a teoria da nova geografia econômica; e a teoria da Escola de Harvard (COSTA, 2010).

### **Metodologia de pesquisa**

Quanto à metodologia da pesquisa, tomou-se por base, portanto, no presente artigo, a taxonomia apresentada por Vergara (2007), que se caracteriza por classificar os tipos de pesquisa de acordo com a ótica dos fins as quais a pesquisa se destina, bem como as quais meios de investigação foram utilizados.

Quanto aos meios, a pesquisa foi conduzida com a utilização do método bibliográfico, a partir de fontes secundárias que estão inseridas no escopo destas discussões. Considerando os objetivos propostos, a pesquisa é classificada como descritiva, com uma proposta de análise qualitativa do objeto de investigação.

### **Desenvolvimento regional e a sustentabilidade**

Constitui-se num fato óbvio a qualquer pessoa que o desenvolvimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço. Os diferentes níveis de complexidade atingidos pelo aparato produtivo nas diversas regiões trazem implicações políticas e sociais evidentes. Daí a grande importância dos estudos relacionados à distribuição espacial do desenvolvimento econômico.

A partir da contextualização apresentada na seção anterior, é possível verificar que o planejamento de desenvolvimento regional tornou-se rapidamente um reconhecido instrumento de política governamental.

De acordo com Hilhorst (1973, p. 17) “...Geógrafos, tais como Christaller e Losch, deram a partida inicial, enquanto que, após a Segunda Grande Guerra, economistas como Myrdal, Isard e Perroux também oferecem importante contribuição”:

Corroborando com esta discussão, Heinemann (2009, p. 26) afirma que:

[...] o grau de industrialização era quase sinônimo do grau de desenvolvimento... Desenvolver um país significava e ainda significa basicamente implantar uma economia de mercado que incluía, se não a totalidade, pelo menos a maior parte dos cidadãos.

Segundo Clemente (1994), o indicador mais amplamente utilizado para representar o nível de desenvolvimento de uma região ou um país é a renda per capita, entretanto esse procedimento pode apresentar algumas deficiências, principalmente quando não são atrelados a outros indicadores, como ao da distribuição de renda.

As definições de desenvolvimento e crescimento suscitam, muitas vezes, confusões conceituais. Em geral, são dois termos que se combinam no progresso das nações, mas nunca poderemos defini-los como palavras sinônimas.

Quando o processo de crescimento ocorre de forma isolada, poderá acarretar desequilíbrios estruturais em uma economia, trazendo sérias dificuldades a seus governantes. O processo de desenvolvimento, por sua vez e via de regra, traz consigo o crescimento (PASSOS, NOGAMI, 2011).

Assim, por crescimento pode-se entender o ato ou efeito de crescer, enquanto por desenvolvimento entende-se o ato ou efeito de desenvolver. Em outras palavras, o crescimento econômico pode ocorrer pelo aumento contínuo do Produto Nacional Bruto, tanto em termos globais como per capita, ao longo do tempo, enquanto o desenvolvimento econômico refere-se a um estágio econômico, social e político de uma sociedade, caracterizado pela constante melhoria nos índices de produtividade dos fatores de produção (PASSOS; NOGAMI 2011).

Corroborando com esse debate, Furtado (1983), defende que, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexibilidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social.

Diante do exposto é importante relatar que outro aspecto fundamental do desenvolvimento econômico é que ele não pode ser analisado, somente por meio de indicadores que medem o crescimento do produto ou produto per capita. Desenvolvimento deve ser complementado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos (PASSOS; NOGAMI, 2011)

Há, porém, outro conceito de desenvolvimento que merece ser considerado; trata-se do desenvolvimento sustentável. Os defensores desta linha de pensamento afirmam que o desenvolvimento consiste

em um a série de transformações da sociedade que se realizam em cadeia, de forma sustentável.

Surge daí diversas tentativas de conceituar-se mais precisamente o que é desenvolvimento sustentável. Uma das primeiras tentativas de definição estabelece que é um tipo de desenvolvimento que “busca as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidade” (*world Commision on environmental and Developmen*, 1987 apud BATALHA, 2001 ).

Diante do exposto, a definição de desenvolvimento sustentável trata-se de um conceito multidimensional, ou seja, envolve tanto a preocupação com a utilização e conservação da base de recursos naturais, mas também as mudanças sociais, institucionais, tecnológicas e culturais envolvidas.

Além disso, na visão de Upredi (1994) apud Neder e Junior (1997), o desenvolvimento sustentável somente pode ser construído na conceitualização de desenvolvimento que desafia e refuta o estilo de vida da moderna sociedade de consumo, caracterizado por padrões de consumo e de produção insustentáveis e ecologicamente hostis.

A partir deste contexto surge a ideia do desenvolvimento sustentável como uma forma de conciliar o desenvolvimento econômico e social, associado à preservação ambiental e ao uso racional dos recursos.

A definição clássica e popularizada de desenvolvimento sustentável, de acordo com a CMMAD (Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1988), está ligada à capacidade de satisfação das necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das futuras gerações.

Ao se definir desenvolvimento sustentável também está se discutindo o que é sustentabilidade. Para alguns autores sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema” (CAVALCANTI, 2003).

As discussões atuais sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” mostram que se está aceitando a idéia de colocar um limite para o progresso material e para o consumo, antes visto como ilimitado, criticando a idéia de crescimento constante sem preocupação com o futuro (CAVALCANTI, 2003).

Segundo Silva (2005), a formação histórica do conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade estão vinculadas ao

crescimento da preocupação com a manutenção da existência de recursos naturais em um ambiente propício para a continuidade das gerações futuras, rediscutindo o ritmo e a forma como o sistema capitalista propunha o desenvolvimento das sociedades.

Conforme afirma Silva (2005), o foco principal da sustentabilidade é o lugar que se pretende chegar, enquanto o desenvolvimento sustentável é como se pretende chegar. Corroborando com essa discussão, o termo desenvolvimento sustentável, de acordo com Camargo (2003), desde o seu surgimento, tem evoluído de forma a abranger em si todas as questões que inter-relacionam meio ambiente e desenvolvimento humano.

Porém, ressalta-se que para haver o desenvolvimento de forma sustentada, é preciso que este ocorra de forma harmoniosa entre as dimensões, econômica, social e ambiental. Um desempenho baseado na interação das dimensões garante que as gerações futuras tenham o direito de usufruir de um mundo socialmente justo e ambientalmente sustentável.

Considerando estas discussões, cabe destacar que o desenvolvimento regional depende de diversos fatores, dentre eles a proximidade geográfica das empresas pode contribuir para explicar o desempenho competitivo e conseqüentemente o desenvolvimento. Essa proximidade geográfica facilita a formação de valorização e a forte vinculação das aglomerações territoriais, a qual será estudada com melhor entendimento a seguir.

#### **4.1. Aglomerações Territoriais**

A partir da contextualização apresentada nas seções anteriores, verifica-se a relevância da questão da organização espacial para o entendimento do processo de desenvolvimento econômico regional. Sendo que nos últimos anos, a dimensão espacial voltou a despertar interesse com a tentativa de entender as razões que levaram ao surgimento de aglomerações de micro e pequenas empresas eficientes e competitivas em certas localidades.

Para enfrentar este ambiente globalizado, pequenas e médias empresas tiveram que não somente se adaptarem crescentemente aos padrões internacionais de qualidade, velocidade de resposta e flexibilização, mas também aumentar significativamente as formas de cooperação (SCHMITZ E NADVI, 1999).

Assim de acordo com Costa (2010), os casos que inicialmente suscitaram o interesse de pesquisadores e estudiosos e que transformaram em referência para toda vertente da economia voltada para o estudo do desenvolvimento regional foram os distritos industriais, existentes na região Centro-Oriental da Itália, a chamada Terceira Itália e o aglomerado de empresas de alta tecnologia e software que se localizaram na região da Califórnia, nos EUA, que veio a ser conhecida como Vale do Silício.

Diante do exposto, na percepção da Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais - RedeSist (2003), o conceito de distritos industriais foi introduzido pelo economista inglês Alfred Marshall, em fins do século XIX. Tal conceito deriva de um padrão de organização comum à Inglaterra do período, onde pequenas firmas concentradas na manufatura de produtos específicos, em atividades econômicas como têxtil, gráfica e cutelaria, aglomeravam-se em geral na periferia dos centros produtores.

Alfred Marshall deu grande importância ao elemento espaço na análise econômica. Lembrou que, historicamente, a atividade econômica tende a se localizar em alguns lugares e que as civilizações se desenvolvem com a produção para a exportação para os mais distantes centros consumidores. Ele cunhou o termo “economias externas” para designar os benefícios que se originaram da concentração da atividade econômica em alguns centros (SOUZA, 2009).

A contribuição de Alfred Marshall foi relevante porque chamou a atenção sobre a importância da organização interna da empresa no processo de crescimento econômico. Do lado da produção, destacou a organização industrial, a divisão do trabalho, geradores de economias de escala e investimentos em infraestrutura, criadores de economias externas.

Outro fator fundamental dos estudos de Marshall, refere-se às economias de escala que estas aglomerações produtivas proporcionavam, devido à potencialização do uso dos recursos produtivos.

As economias externas são, portanto, importantes elementos nos estudos sobre as aglomerações industriais, os quais passaram a ser interpretados sob a ótica dos distritos industriais marshallianos (CAMPOS, 2004).

E importante notar que as relações que ocorrem entre os atores das aglomerações industriais, mais do que economias externas planejadas significam construções sociais históricas e específicas aos

agentes locais, as quais não podem ser reproduzidas em outros contextos históricos específicos. Isto significa que existe uma construção histórica daquele local e, portanto, que isto foi possível graças aos esforços de gerações passadas e fundamentalmente do processo de aprendizagem que se desencadeou ao longo do tempo e se foi disseminando e se aperfeiçoando de geração em geração.

Sendo assim, o sucesso dos distritos industriais depende não só da dimensão econômica, mas também, em grande escala, das dimensões social e político-institucional. Portanto, conforme Zapata, Amorin e Arns (2007), alguns ingredientes básicos que caracterizam os aglomerados, bem como os distritos industriais são: dimensão territorial, especialização produtiva, conhecimento tácito, governança, inovação e aprendizado interativo.

Durante os últimos 20 anos, têm crescido na literatura econômica os estudos sobre a importância dos aspectos locais para o desenvolvimento econômico e a competitividade das empresas. Esses estudos dão especial atenção às aglomerações setoriais de empresas que, pela cooperação ou configuração econômica desenvolvida, criam diferenciais competitivos significativos para as firmas localizadas.

A partir desta contextualização, devido as diversas experiências de aglomerações geográficas e setoriais a comunidade científica começou a observar que a proximidade física das pequenas e médias empresas propiciava não somente externalidades (ou, como conhecido na literatura de economia regional, economias de aglomeração), mas também condições para uma interação cooperativa no sentido da superação de problemas em comum. Tais aglomerados são chamados de Arranjos Produtivos Locais (APLs).

## **Arranjos Produtivos Locais (APLs)**

No final da década de 90, o programa RedeSist (Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos Locais) iniciou uma série de estudos sobre aglomerações produtivas e elaborou o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL).

A abordagem utilizada ressalta não somente a importância da organização social e política dos atores e a interação e cooperação entre eles, presentes na definição de “distritos industriais”, mas também a relevância da inovação, destacada no conceito de *milieu innovateur*. Os pesquisadores da RedeSist optaram por definir de forma distinta duas categorias analíticas: os “sistemas produtivos e inovativos locais” (Apils) e os “arranjos endógenos produtivos locais”(APLs).

A concepção de APLs elaborada pela Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist) (2003, p. 3) podem ser compreendidos como:

Os Arranjos Produtivos Locais são aglomerados de agentes econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam (ou tem condições de fomentar) vínculos expressivos de interação, cooperação e aprendizagem direcionada para o enraizamento da capacitação social e da capacidade inovativa, essencial para a competitividade empresarial.

Não é este, porém, o entendimento comum na literatura, pois os APLs, se comparados aos Spils, não se caracterizam como sistemas que apresentam maior complexibilidade na interação dos agentes. Assim, segundo Lastres e Cassiolato (2008), os Sistemas Produtivos Inovativos Locais (Spils) designam conjuntos de atores econômicos, políticos e sociais localizados em um mesmo território, cuja articulação contribui para a produção de bens e serviços específicos. Os Spils comumente incluem:

- Empresas – produtoras de bens e serviços finais, fornecedores de bens e serviços (matérias-primas, equipamentos e outros insumos), distribuidoras e comercializadoras, consumidoras, etc. atuando nos três setores da economia, ou seja, no primário, secundário e terciário;
- Demais organizações voltadas para a formação e treinamento de pessoas, pesquisa e desenvolvimento, informação, promoção e financiamento;
- Cooperativas, sindicatos, associações e representações de todo tipo.

Já os Arranjos Produtivos Locais (APLs), para os autores, designam aqueles casos fragmentados e que não apresentam significativos vínculos entre os atores de interação, cooperação e aprendizagem, que são essenciais para a geração e mobilização de

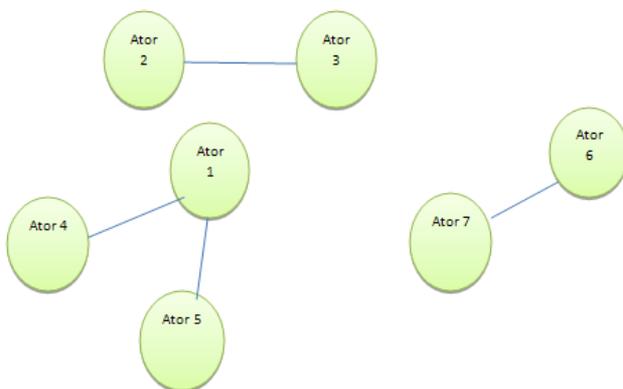
capacitações produtivas e inovativas. De fato, a base do dinamismo e da competitividade das empresas não se restringe:

- a uma única empresa ou a um único setor, estando fortemente associada a atividades e capacidades existentes ao longo da cadeia de produção e comercialização. Envolve, ainda, uma série de atividades e organizações responsáveis pela assimilação, uso e disseminação d conhecimentos e capacitações;
- apenas aos atores econômicos e às cadeias e complexos produtivos, mas reflete também as particularidades dos demais atores sociais e políticos, bem como dos ambientes onde se inserem.

Para melhor entendimento Zapata, Amorin e Arns (2007), propõem um diagrama sobre Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Sistemas Produtivos Locais (SPLs), no qual cada círculo representa um ator (produtor, empresa, instituição), as ligações entre esses atores correspondem às relações de interdependência. Dependendo da intensidade dessas e da densidade produtiva, a aglomeração tende a se caracterizar como um APL ou SPL, apresentando maior complexidade e eficiência.

A figura 1 representa um APL, que consiste em aglomerações territoriais de atores com foco em um conjunto específico de atividades econômicas ou vínculos de interdependência:

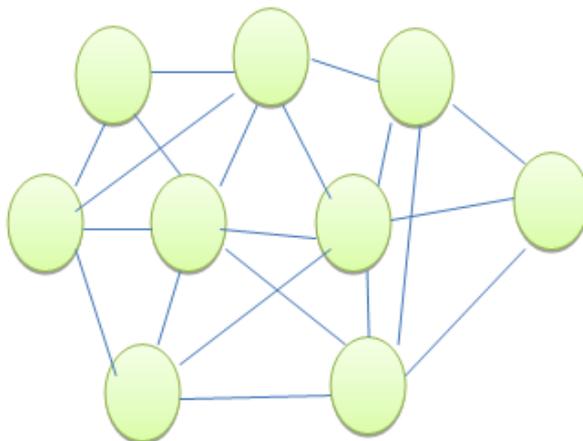
**Figura 1:** Representação de um Arranjo Produtivo Local (APL)



Fonte: Zapata, Amorin e Arns (2007)

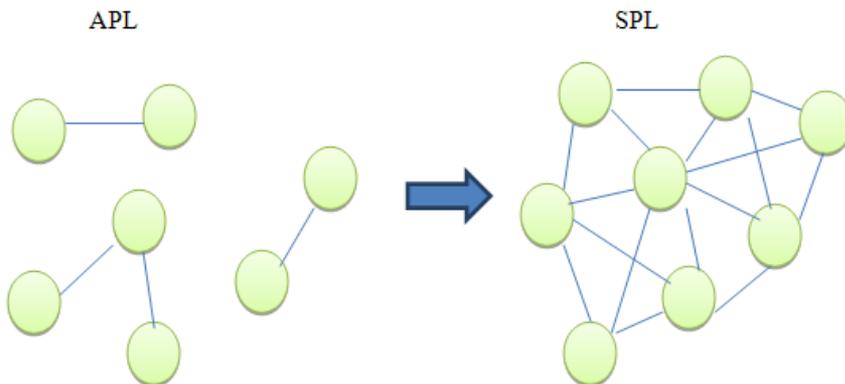
Os Sistemas Produtivos Locais (SPLs) são aglomerações territoriais de atores com fortes vínculos de interdependência e articulação, resultando em: interação, cooperação, aprendizagem, inovações, maior competitividade territorial e capacitação social. A figura 2, mostra uma representação desse sistema.

**Figura 2:** Representação de um Sistema Produtivo Local (SPL)



Fonte: Zapata, Amorin e Arns (2007)

**Figura 3:** Evolução de um APL para um SPL (inter-relacionamento, interdependência, articulação, cooperação)



Fonte: Zapata, Amorim e Arns (2007)

Porém cabe ressaltar, que existem algumas divergências entre pesquisadores e instituições, quanto a padronização no uso dos termos, sendo que muitas vezes os conceitos de *clusters*, APL e SPLs são usados como sinônimos, notadamente apesar de serem parecidos, são diferentes em sua forma de atuação. Tal fato decorre de uma imprecisão no uso dos conceitos, no que se refere ao balizamento e fundamentação de políticas públicas que pretendem a promoção setorial, localizada em territórios que apresentam relativo dinamismo institucional, empresarial e não empresarial.

A terminologia que prevaleceu no Brasil para essas aglomerações foi Arranjo Produtivo Local (APL), presente nas análises teóricas, nos estudos empíricos e nas iniciativas de políticas públicas, capaz de abrigar uma ampla diversidade do fenômeno, porém com um elemento de coesão, algo presente em todos os conceitos e análises, com intuito de se constituir como um promissor instrumento de política econômica (COSTA, 2010).

Para Costa (2010), um APL pode ser entendido como um grupo de agentes organizados por um grau de institucionalização explícito ou implícito ao aglomerado que buscam como finalidade, harmonia, interação e cooperação, não esquecendo, vale repisar, que estes elementos ocorrem num ambiente competitivo, no qual há sujeitos com distintos graus de poder e com projetos territoriais diversos e muitas vezes antagonicos.

Ainda, segundo Costa (2010), o termo se refere a concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço, não importando o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta permanecer ao setor primário, secundário ou até mesmo terciário, variando desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as empresas e produtos com elevado conteúdo tecnológico.

Dessa forma, a configuração dos arranjos produtivos locais, segundo o SEBRAE, 2003), é definida pela distribuição das redes de atores capazes de estabelecer perspectivas comuns de negócio e, independentemente de divisões geopolíticas: fronteiras regionais, de estados, bacias hidrográficas ou acidentes naturais.

Assim, para a formação de Arranjos Produtivos Locais, devem ser levados em conta as questões territoriais, que no caso dos arranjos não se refere à dimensão geográfica (municípios), mas, território refere-se a formação de redes de relações sociais projetadas em um

determinado espaço, incluindo aí fatores ambientais, culturais, econômicos e históricos (SEBRAE, 2003).

Em resumo, os diversos conceitos encontrados na literatura possibilitam identificar algumas características comuns para arranjos produtivos locais, entre as quais: são aglomerações geográficas e setoriais de empresas; são formados basicamente por pequenas e médias empresas; estão concentradas em um tecido sócio produtivo com instituições de apoio; apresentam vínculos interativos entre seus agentes; realizam práticas cooperativas; buscam ganhos de eficiência coletiva a partir das vantagens do processo de aglomeração (COSTA, 2010).

A partir das características, evidenciam-se os principais componentes que formam a estrutura de um arranjo produtivo local, bem como sua inter-relação na busca pela eficiência coletiva ou vantagem competitiva, assim a sua dinâmica interna é composta por: capital social, governança local, políticas públicas, ações conjuntas, e externalidades.

Com o objetivo de esclarecer estas discussões, se destaca que as externalidades são fatores externos as empresas, mas que possibilitam vantagens derivativas do local e estão inseridas, como exemplo, existência de um amplo contingente de mão-de-obra especializada e com habilidades específicas ao sistema local; presença e atração de um conjunto de fornecedores especializados de matéria-prima, componentes e serviços, e grande disseminação dos conhecimentos, habilidades e informações, concernentes ao ramo de atividade dos produtores locais (SUZIGAN, 2006).

Além das economias externas incidentais, entretanto, os agentes locais podem reforçar sua capacidade competitiva por meio de ações conjuntas deliberadas, tais como compra de matérias primas, promoção de cursos de capacitação gerencial e formação profissional, criação de consórcios de exportação, contratação de serviços especializados, estabelecimento de centros tecnológicos de uso coletivo, cooperativas de crédito, entre outros (SUZIGAN, 2006).

A conjugação das economias externas incidentais com as obtidas por ações conjuntas deliberadas resulta na chamada “eficiência coletiva”, principal determinante da capacidade competitiva das empresas locais (SCHMITZ e NADVI, 1999 apud SUZIGAN 2006).

É impreterível destacar a importância do capital social, pois essas práticas cooperativas não ocorrem automaticamente, pois dependem principalmente das relações sociais e institucionais desses

agentes. Assim, capital social, se refere a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco (PUTNAM, 1995 apud FREY, 1995).

Contudo, capital social é sinônimo da existência de confiança social, normas de reciprocidade, redes de engajamento cívico e, finalmente, de uma democracia saudável e vital, sendo a formação do estoque de capital social resultado de um longo processo histórico.

Conforme discutido, as possíveis articulações entre os agentes locais inexoravelmente se relacionam e dependem de outras articulações com agentes localizados fora do território. Deve-se, portanto, buscar entender sob que sistema de coordenação se estabelecem as relações de caráter local entre empresas e instituições. A governança, portanto, é crucial. Assim, de acordo com (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2003, p. 6):

O conceito de governança aqui utilizado parte da ideia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores - Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. — nos processos de decisão locais. Porém, tal visão não pode ignorar o fato de que grandes empresas localizadas fora do arranjo de fato coordenam as relações técnicas e econômicas ao longo da cadeia produtiva condicionando significativamente os processos decisórios locais.

Corroborando, Lemos; Santos; Crocco (2006, p. 196) afirmam que: Nesse, sentido, “a cooperação e o principal ativo específico do aglomerado, capaz de induzir as empresas locais a constituírem formas mais estáveis e duradouras de governança local”. Finalizando os estudos sobre os componentes da estrutura de um arranjo produtivo local, acrescenta-se as políticas públicas.

Segundo Costa (2010), o Estado deve propiciar condições para que estes aglomerados construam forças que possam beneficiar o desenvolvimento econômico regional. Portanto, incluir ações para o fortalecimento do tecido sócio-produtivo, bem como, melhorar as

condições para a competitividade do APL, deverão constar entre as principais metas da agenda pública.

## **A Importância dos APLS no Desenvolvimento Regional**

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento regional está focado na importância dos movimentos dos agentes locais, e assim, na valorização dos ativos territoriais. Nesse sentido, a proposta desta seção é buscar complementar a formação conceitual de continuidade desta pesquisa, adotando os arranjos produtivos locais como uma das possibilidades para o desenvolvimento econômico regional.

Adicionalmente, é importante observar que a inter-relação dos arranjos produtivos locais com o desenvolvimento regional, implica em uma análise sobre as atividades econômicas desenvolvidas em um determinado espaço geográfico. Sendo necessário adotar uma visão mais ampla, a partir do conjunto sócioprodutivo instalado no território dos elementos que compõem esse quadro de análise.

Assim, a própria terminologia arranjo produtivo local, demonstra que esse arranjo caracteriza-se pela sua localização geográfica, ou seja, sua base territorial. Portanto, retoma-se o conceito de território como o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou mais atores sobre determinado espaço (ALBAGLI, 2004).

Diante do exposto, ao ser estabelecido o conceito de arranjos produtivos locais percebe-se que um APL consolidado se estabelece como um importante instrumento de política econômica visando o desenvolvimento regional através do: desenvolvimento das vocações microrregionais; agregação de valor aos produtos e verticalização da produção; diversificação da base produtiva e da pauta de exportação; avanço no indicador de inclusão social através da melhoria da qualidade do emprego, melhoria salarial, melhoria da qualificação técnica da mão de obra.

Também promove a diminuição da desigualdade social; aumento do mercado interno regional; gestação de um processo sustentado de crescimento por meio da endogeneização de algumas das variáveis-chaves, da integração do espaço econômico regional e do apoio às mudanças na estrutura sócio-econômica regional; e, desenvolvimento do capital social, da capacidade de governança dos agentes locais e do fomento à construção de um pacto territorial com vista ao desenvolvimento (COSTA, 2010).

Contudo, de forma dialética, em que pese estas aglomerações constituírem-se como efetivos instrumentos de desenvolvimento regional na medida em que fortalecem e desenvolvem todo o sistema sócio-produtivo das regiões nas quais estão inseridas, devem também ser entendidas como resultado de políticas públicas adequadas na medida em que dependem de um todo sistêmico presente nestas regiões.

Ou seja, de forma paradoxal os APLs constituem-se como importantes instrumentos de desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, como resultado de políticas adequadas para o desenvolvimento regional. Diante do exposto Diniz, Santos e Crocco (2006, p.111-112) complementam ao afirmar que:

O desenvolvimento de políticas de apoio a arranjos produtivos locais tornou-se, nos anos 1990, a mais popular ação governamental em termos de desenvolvimento [...] as justificativas para esse fenômeno são várias, mas duas se destacam: o fato do processo competitivo atual implicar uma revalorização do local, enquanto espaço privilegiado para o surgimento de inovações; o fim do estado intervencionista Keynesiano, implicando um movimento em direção à descentralização de responsabilidades do estado no sentido da região e das localidades.

Os estudos evidenciam a importância, do ponto de vista da efetividade das políticas públicas de âmbito federal e estadual da participação e interveniência de atores locais que efetuem a ponte com a dinâmica específica daquele território.

Por outro lado, tais políticas federais e estaduais fornecem sinalizações estratégicas para atuação desses atores locais. É importante, no entanto, que tais sinalizações se façam claras, tanto por meio de um projeto de desenvolvimento nacional e estadual pactuado com o conjunto da sociedade, como por meio de políticas setoriais articuladas entre si, particularmente, no caso, uma política industrial congruente com as demais políticas públicas.

Assim, a incorporação dessa abordagem em estratégias nacionais e estaduais de longo prazo é também essencial como forma de evitar descontinuidades, que levam à desmobilização dos agentes locais e à desestruturação das iniciativas desenvolvidas localmente.

Como já assinalado, os APLs não constituem, por si, objetivos das políticas, mas como meios ou instrumentos para se construir o desenvolvimento em sentido amplo, propiciando formas de dar maior dinamismo econômico, sustentabilidade a pequenos empreendimentos, ambiente propício à inovação e sistemas de governança social e politicamente sustentáveis (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Neste ambiente de aglomerações territoriais como estratégia para o desenvolvimento, associado muitas vezes às políticas públicas, emergem reflexões sobre seus fatores-chave, que podem ser melhor entendidos sob a ótica dos gestores que atuam diretamente na consolidação de políticas públicas concernentes ao tema estudado neste artigo.

Isso quer dizer que o Estado e as administrações públicas territoriais devem intervir decisivamente no planejamento do desenvolvimento econômico, embora os conteúdos, instrumentos, atores e enfoques desses processos de planejamento sejam, sem dúvida, diferentes.

No momento atual, tal intervenção deve ser estratégica, participativa e essencialmente encaminhada para criar os necessários espaços de negociação entre os diferentes atores sociais em prol de uma meta comum, que é conseguir o desenvolvimento sócio-econômico territorialmente equilibrado e ambientalmente sustentável.

## **Considerações finais**

A economia brasileira vem passando por transformações tecnológicas e produtivas significativas, com novas formas de vínculo e de reorganização dos processos de produção, de trabalho e do espaço geográfico.

As atividades econômicas caracterizadas no passado, de um lado, por um pequeno número de empresas concentradas em torno de uma região metropolitana e, de outro, por empresas médias ligadas à agricultura e à agroindústria processadora, vão gradativamente cedendo lugar a um conjunto de atividades industriais mais complexo, mais diversificado e regionalmente mais disperso.

A fundamentação teórica desta pesquisa identificou a preocupação sobre a temática do desenvolvimento ao longo do século XX, a partir das teorias que buscaram uma explicação para o debate economia e espaço. Assim, as teorias de desenvolvimento regional que se originaram, orientaram as discussões e ações para o planejamento regional e o ordenamento territorial deste período, revelando uma análise baseada em um modelo polarizado e concentrador.

Sendo assim, a partir das últimas décadas, com a valorização dos ativos territoriais e das aglomerações industriais, aqui tratadas como arranjos produtivos locais, o qual conforme estudado, faz referência a um arranjo local de firmas posicionadas em diferentes âmbitos da cadeia produtiva, e está caracterizado pela maior densidade de suas articulações intra-setoriais, pela sua concentração geográfica e pelas sinergias que são geradas no seu interior em termos de processo técnico, produtividade e competitividade. Considerando a importância destas discussões, este artigo buscou verificar as influências dos arranjos produtivos locais com o contexto do desenvolvimento da economia regional.

Assim observa-se que a proximidade física entre os agentes permite que os laços de confiança e cooperação se estreitem. Quando se tem diversas empresas, atuantes de um mesmo setor, concentradas em uma massa territorial reduzida e próxima uma das outras, e que através dessa proximidade elas possam descobrir a vantagem da atuação conjunta, dessa maneira, abrem-se espaços para a criação de parcerias entre as empresas por meio de associações e consórcios.

Podem aumentar e fortalecer significativamente sua participação de mercado, além de abrir espaços para a exploração de outros mercados, chegando até a exportação de seus produtos, além da criação de novas oportunidades de trabalho.

Estas, ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística, estão obtendo acesso a competências que individualmente não alcançariam e que lhes proporcionam eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade.

Diante do exposto, esta pesquisa considera os APLs como uma das possibilidades para o desenvolvimento regional, cabendo ao Estado um papel importante na coordenação de decisões econômicas, na regulamentação de mercados e serviços públicos, no provimento de serviços sociais básicos.

Que não se detenha apenas no fornecimento de recursos financeiros, mas liderando políticas realistas e inovadoras que possam fomentar o crescimento e o desenvolvimento das mais diversas regiões do Brasil.

Os arranjos produtivos locais estabelecem-se, portanto, por um lado, como um importante instrumento de desenvolvimento em regiões periféricas e, por outro, como o resultado de políticas adequadas e articuladas de desenvolvimento regional.

## Referências

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: Lages, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (Orgs). **Territórios em Movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Brasília, DF: Sebrae, 2004.

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento Econômico Local e Distribuição do Processo Técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Fortaleza: BNB, 1998.

AMARAL, Filho. **A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico**. In: Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC, 2, Curitiba, 1999.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e Correntes Metodológicas. In: BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão Agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CAMARGO, A.L.B. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papires. 2003.

CAMPOS, A. C. de. **Arranjos Produtivos no Estado do Paraná: o caso do município de Cianorte**. Curitiba, 2004. 220f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade Federal do Paraná.

CASSIOLATO, J.; LASTRES, H.M.M. **Políticas para Promoção de Arranjos Produtivos Locais e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas: conceito, vantagens e restrições de equívocos usuais**. Rio de Janeiro: RedeSist, 2003.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjo produtivo local de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H.M.M; CASSIOLATO, J.E; MACIEL, M.L.(Orgs). **Pequena Empresa: Cooperação e Desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: Dumará, 2003.

CAVALCANTI, C. (Org). **Desenvolvimento e Natureza: estudo para uma sociedade sustentável**, São Paulo: Cortez, 2003.

CLEMENTE, A. **Economia Regional e Urbana**. Atlas, São Paulo, 1994.

Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CORRÊA, R.L. **Região e Organização Espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, E.J.M. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Mais Gráfica Editora, 2010.

DINIZ, C.C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional/local. In: CLÉLIO, C.; CROCCO, M. (Orgs). **Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG. 2006.

FEITOSA, C. O. **Aglomeramentos Industriais como Fator de Desenvolvimento Regional: um estudo de caso no Nordeste brasileiro**. Brasil, 2009. Edição eletrônica gratuita. Disponível em : <[www.eumed.net/libros/2009\\_a/521](http://www.eumed.net/libros/2009_a/521)> Acesso em 04 set. 2012.

FREY, K. Capital social, comum e democracia. In: PUTMAN, R. D. **Dowling alone: America's declining social capital**. Journal of democracy. v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.

HEINEMANN, F. G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento. In: HEINEMANN, F. G.; SALM, J. F. (Orgs). **Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora UnB, 2009.

HILHORST, J. G. M. **Planejamento Regional – Enfoque sobre sistemas – Tradução Haydn Coutinho Pimenta**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

LASTRES, Helena Maria M.; CASSIOLATO, José Eduardo, Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Brasil. In: Oliveira, Fátima Bayma (Org). **Políticas de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NEDER, H. D.; CLEPES JUNIOR, J. Agroindústria e Sustentabilidade. In: SHIKI, S; SILVA, J. G. da; ORTEGA, A. C. (Orgs.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: UFU, 1997.

PASSOS, C. R.; NOGAMI, O. **Princípios de Economia**, 5 ed. São Paulo: Ática 2011.

REDESIST. Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos Locais**. Rio de Janeiro: RedeSist- IE/UFRJ, 2003. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/redesist](http://www.ie.ufrj.br/redesist)>. Acesso em 01 set. 2012.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. **Clustering and industrialization: introduction**. World Development, 1. V. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SEBRAE, SP. **Número de Pequenas Empresas no Brasil cresce 22%**. Disponível em [w.w.w.sebrasp.com.br](http://w.w.w.sebrasp.com.br). Acesso em 28 agosto 2012.

SEBRAE. **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais: Projeto Promes**. Sebrae – BID: versão 2.0. Brasília, 2004. Disponível em: [w.w.w.sebrae.com.br/br/home/index.asp](http://w.w.w.sebrae.com.br/br/home/index.asp). acesso em 30 agosto 2012.

SILVA, C. L. Desenvolvimento sustentável: um conceito multidisciplinar. In: SILVA, C. L; MENDES, J. T. G. (Orgs) **Reflexões Sobre Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes 2005. p. 11-40.

SOUZA, N. J. de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SUSIGAN, W (coord). Identificação, mapeamento e caracterização de arranjos produtivos locais no Brasil. **Relatório Consolidação**, Brasília: IPEA/Diset, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAPATA, T.; AMORIN, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento Territorial à Distância**. Florianópolis: SEaD; UFSC, 2007.